

# A prioridade da economia brasileira... (final)

Luiz Carlos Bresser  
Pereira (\*)



Para combater a inflação inercial é necessário, em vez de clássicas políticas recessivas, tomar medidas de desindexação da economia (ou introduzir a moeda indexada). A desindexação só será eficiente, entretanto, depois de se ajustarem o mais possível os preços relativos, depois de se reduzirem as defasagens entre os aumentos de preços e desde que o País conte com reservas cambiais elevadas. Essas reservas são essenciais porque a desindexação implicará o congelamento não apenas dos salários, dos juros e dos preços administrados mas também da ta-

xa de câmbio. E é preciso que haja a credibilidade de que esse congelamento da taxa de câmbio será efetivamente mantido.

Finalmente, a dívida externa é o problema fundamental, de cuja solução prévia depende a solução dos demais problemas da economia brasileira, porque a dívida interna e o déficit público estão condicionados e determinados por ela através da taxa e do volume de juros a serem pagos anualmente pelo setor público. A dívida interna mobiliária brasileira em ORTN e LTN é relativamente pequena. O que torna imensa a dívida interna é a dívida em dólares, ou seja, a dívida externa das empresas e autarquias públicas, a qual, internamente, tem de ser paga em cruzeiros, a taxas de juros elevadas.

O ministro da Fazenda,

muito preocupado com o caráter inflacionário do déficit público, estimou recentemente o "déficit de caixa" do setor público em Cr\$ 84,9 trilhões para 1985. O ministro do Planejamento aceitou esse número, mas lembrou que cerca de Cr\$ 91 bilhões são juros reais a serem pagos. Ora, o déficit público só é causa de aceleração da inflação, só pressiona a inflação, constituindo-se em choque de demanda, quando corresponde a aumento de despesas reais, não a pagamentos de juros originados de uma imensa dívida externa.

Para resolver o problema de déficit público financeiro será, portanto, necessário resolver antes o problema da taxa de juros interna, a qual, por sua vez, depende da taxa de juros externa e da pressão

para o pagamento dos juros da dívida externa.

Há, portanto, uma prioridade para a solução do problema da dívida externa sobre todos os demais problemas — particularmente sobre o problema da inflação.

O FMI, entretanto, entende exatamente o contrário, e condiciona "concessões" na área da dívida externa, ou seja, de novos empréstimos, ao encaminhamento prévio do problema inflacionário via novas medidas de ajustamento. Define-se assim o impasse, que provavelmente só será resolvido quando novas crises cambiais representadas pela redução das reservas internacionais brasileiras levarem o Brasil a capitalizar parcialmente os juros a serem pagos.

(\*) Secretário de Governo do Estado de São Paulo.